



**SINTFESP-GO/TO**

SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA  
Filiado à CUT, CNTSS e FENASPS

**63**

**ANOS DE  
HISTÓRIA**

**EM DEFESA DOS  
SERVIDORES PÚBLICOS**

■ Editorial

# Carta aos associados

O primeiro capítulo da história de lutas do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência de Goiás e Tocantins (SINTFESP-GO-TO) teve início em 18 de dezembro de 1953, de acordo com a primeira ata localizada, quando um grupo de servidores do extinto Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI) se reuniu pela primeira vez. O objetivo desde o início sempre foi a luta intransigente dos trabalhadores

dos vários setores da Seguridade Social, a defesa da classe trabalhadora e das políticas públicas, além de ajudar a consolidar e proteger a Saúde, Previdência e Assistência Social, que é um patrimônio brasileiro.

Foi na Assembleia Geral dos Associados em 19 de dezembro de 1971 que o Clube foi transformado na Associação dos Servidores da Previdência Social em Goiás (ASSEPS), cuja finalidade era fazer o intercâmbio entre os associados, despertar o associativismo, defender os interesses dentro e fora do INSPS e lutar pela elevação da classe dos previdenciários. Já em 1988, a Constituição Federal passa a reconhecer o direito dos servidores públicos de criarem e se associarem a um sindicato, foi nesse ano que surgiu o SINTFESP-GO/TO, após aprovação em Assembleia Geral, no dia 21 de outubro daquele ano.

Desde então, houveram intensas mobilizações pelos direitos dos trabalhadores. Ficam registrados na história momentos importantes como a mobilização política pela reposição salarial, que resultou no reajuste de 70%; a Greve dos Amordaçados que culminou com a prisão e perseguição administrativa de 17 servidores pela Polícia Federal, em Goiás; lutas pela revisão da tabela, dentre muitas outras.

Por meio de lutas como essas, foram possíveis grandes conquistas como a jornada de 30 horas, o pagamento de uma gratificação de 20% para servidores de nível médio, conquista do vale refeição e vale transporte após greve de 58 dias. Esses são alguns exemplos de campanhas propositivas que resultaram em melhores condições salariais e de trabalho para os servidores.

A luta não acabou. Em 2016 estamos vivenciando um período de retrocessos de conquistas históricas. Após o impeachment da primeira mulher eleita presidente do Brasil, Dilma Rousseff, assumiu em seu lugar o vice-presidente Michel Temer, em 1º de setembro. E, em menos de um mês, instituiu o fim do Ministério da Previdência Social; iniciou a reforma da previdência, alegando um mentiroso déficit; adotou a Medida Provisória 739 que revisa o auxílio-doença; e enviou projetos como a Proposta de Emenda à Constituição – PEC 55, antiga PEC 241, que reduz quase pela metade os investimentos em áreas essenciais como saúde e educação; o Projeto de Lei 257 dispõe sobre a renegociação das dívidas dos Estados e do Distrito Federal, desde que atendidas contrapartidas de controle de gastos, e atinge de forma direta a vida dos servidores públicos, mas não para por aí, existem outras medidas perigosíssimas para os servidores.

Assim como era no princípio e é até os dias de hoje, esta diretoria reafirma o compromisso de continuar lutando pela categoria e pelo patrimônio do trabalhador. Não será sem brandos, suor e sangue que serão retirados os direitos em áreas essenciais para o povo brasileiro.

A edição deste jornal é em homenagem ao aniversário de 63 anos do SINTFESP-GO/TO, comemorado em outubro deste ano. Se você recebeu esta revista é porque faz parte dessa história, e a diretoria te agradece por estar na luta. É assim, com união, que será possível conquistar um país democrático com uma sociedade forte e plural, com a manutenção e obtenção de novos direitos.

# GESTÃO 2014 /2017



Diretoria Executiva e militantes

## Diretoria Executiva Colegiada do SINTFESP-GO/TO

### **Terezinha de Jesus Aguiar**

*Diretora de Política e Organização  
Sindical*

### **Rozilda Rodrigues de Oliveira**

*Diretora de Política e Organização  
Sindical*

### **Dimas Macário Macedo**

*Diretoria de Administração e Finanças*

### **Jesulina Regis do Santos**

*Diretoria de Administração e Finanças*

### **Gilzeli Sampaio Vasconcelos**

*Diretora de Políticas Sociais, Raça, Etnia,  
Mulher e Saúde do Trabalho*

### **Maria Yolanda Silva Filho**

*Diretora de Políticas Sociais, Raça, Etnia,  
Mulher e Saúde do Trabalho*

### **Toni Rodrigues Maciel** (licenciado por mudança de cidade)

*Diretora de Imprensa e Divulgação*

### **Angela Maria Alves de Souza**

*Diretoria de Imprensa e Divulgação*

### **Maria Cleusa de Jesus Silva**

*Diretoria de Formação Sindical*

### **Fernando Antônio Alarcon Pires**

*Diretoria de Formação Sindical*

### **Neusina Alves Farias**

*Diretoria de Assuntos Jurídicos*

### **Dilma Sampaio Ferreira**

*Diretora de Assuntos Jurídicos*

### **Eva de Jesus Nunes dos Santos**

*(In Memoriam)*

*Diretora de Esporte e Lazer*

### **Rita Barros Galvão**

*Diretoria de Esportes e Lazer*

### **Zorade Barros de Bastos**

*Diretoria de Aposentados*

### **Matilde Silva Batista** (In Memoriam)

*Diretora de Aposentados*

## Expediente

**Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência nos Estados de Goiás e Tocantins - SINTFESP-GO/TO.**

É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, sem alteração do conteúdo, desde que a fonte seja citada. Publicação especial em comemoração ao aniversário de 63 anos do SINTFESP-GO/TO, completados em 2016.

### **Jornalista Responsável**

Simonny Santos - MTB 3418

### **Diagramação**

Murilo Ferreira (CUT-GO)  
Ronaldo Machado

### **Revisão Editorial**

Terezinha de Jesus Aguiar

### **Fotos**

Arquivos do SINTFESP-GO/TO

### **Tiragem**

3 mil

Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência no Estado de Goiás e Tocantins - Sinfesp-GO/TO  
Travessa César Baiocchi Sobrinho, Quadra F-19, Lote 10, Setor Sul  
CEP 74080-130 - Goiânia - Goiás

(62) 3224-8232 | [sintfesp@sintfesp.org.br](mailto:sintfesp@sintfesp.org.br)

[Facebook.com/sintfesp](https://www.facebook.com/sintfesp)  
[www.sintfesp.com.br](http://www.sintfesp.com.br)

# SINTFESP-GO/TO: 63 anos de história em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras

A história do Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência dos Estados de Goiás e Tocantins (SINTFESP-GO/TO) se inicia em 1953 ainda enquanto Clube dos Inapiários de Goiás, entidade que reunia os funcionários do antigo instituto de Aposentadorias e Pensões da Indústria (IAPI). Desde então, sua trajetória vem sendo construída, a cada novo dia, com as lutas da classe trabalhadora e das mudanças ocorridas no país nas últimas décadas.

Em 1970, a lei municipal 4.356, de 16 de outubro, reconheceu o Clube como utilidade pública e em 1971, a Assembleia Geral dos Associados aprovou a transformação do Clube em Associação, integrando os trabalhadores da Previdência Social. Foi assim que nasceu a Associação dos Servidores da Previdência Social em Goiás (ASSEPS).

O objetivo da Associação era fazer intercâmbio entre os associados, despertar o associativismo, defender os interesses dentro e fora do INPS e lutar pela elevação da classe dos previdenciários.

Em maio de 1972, a entidade adquire uma área de 3.849m<sup>2</sup>, localizada em Aparecida de Goiânia, onde foi construída a Sede Campestre, e hoje é a Sede Recreativa.

Apesar de, naquela época, a ASSEPS assim como outras associações em todo Brasil, já comandar movimentos de luta pelos direitos e valorização dos servidores e coordenadores faziam as negociações, porém, esse direito só foi reconhecido em 1988 com a promulgação da Constituição Federal, que garantiu o direito dos servidores públicos de criarem e se associarem a um sindicato.

Dezessete dias depois da promulgação da Constituição Federal, em 21 de outubro de 1988, a Assembleia Geral dos Associados da ASSEPS aprovou a criação do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência de Goiás e Tocantins.

É preciso destacar as muitas lutas já enfrentadas pelos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. E nesses momentos, o SINTFESP-GO/TO sempre se fez presente, em posicionamentos intransigentes em defesa os trabalhadores.

É preciso destacar as muitas lutas já enfrentadas pelo SINTFESP-GO/TO em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras.



*Campanha salarial em 2005*



*Ato Unificado em 2016*



*Inauguração da Sede do SINTFESP-GO/TO*

# Lutas e Conquistas marcam a história do SINTFESP-GO/TO

**1953 a 1973** - Os servidores da Previdência se unem ao Clube dos Inapiários e transformam o Clube em Associação dos Servidores da Previdência de Goiás.

**1973 a 1988** - Servidores lutam para a instituição formal da Associação dos Servidores da Previdência.

**1983** - Pela primeira vez, os servidores públicos federais se mobilizam politicamente por reposição salarial. Reajuste foi de 70%. A inflação passava de 90% ao ano.

**1984** - Previdenciários de Goiás aderem à primeira greve nacional da categoria.

**1985** - Goiás participa da greve nacional da categoria, que dura 40 dias e conquista a gratificação de 20% para os servidores de nível médio.

**1986** - Greve de 29 dias. Vários servidores são presos e encaminhados para a Papuda/DF pela PF e outros tantos são perseguidos administrativamente nos Estados em todo Brasil. Vários servidores prestaram depoimentos na Polícia Federal.

**1987** - Duas greves marcaram a luta dos servidores da Saúde e da Previdência. Foi conquistado 100% de adiantamento do Plano de Cargo Carreira e Salário (PCCS), mas a promessa de criação do PCCS até hoje não saiu do papel.

**1988** - Em 21 de outubro, Assembleia Geral da categoria aprova a transformação da ASSEPS em sindicato. Nasce SINTFESP-GO/TO.

**1988** - Com inflação altíssima, conquistou-se o gatilho salarial quando esta chegasse a 20% ao mês e a regularização dos tabelistas (especiais) com cinco anos de contrato à data da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro 1988.

**1989** - A categoria parou duas vezes neste ano; conquistou 10% de reposição salarial e o descongelamento do adiantamento do PCCS que estava sem reposição salarial há dois anos.

**1990** - Luta da categoria impede as demissões e as disponibilidades propostas pelo governo Collor. Entra em vigor a Lei 8.112, de celetista, e o vínculo é alterado para Regime Jurídico Único (RJU). A Lei representou uma grande conquista.

**1991** - Greve de 58 dias e a conquista o Vale Refeição e o Vale Transporte.



**1992** - Greve de 36 dias conquista a GAE, o parcelamento das férias em 2 vezes e a redução de 12% para 6% do percentual de desconto da Seguridade Social.

**1994** - Greve de 46 dias. Governo FHC reforma a Lei 8.112, impondo perdas e punindo os servidores com corte de salários e do vale refeição.



**1995** - Servidores fazem greve de 34 dias contra as reformas do RJU e as mudanças propostas pelo governo FHC. Essa foi uma fase muito difícil para os trabalhadores, em especial para os servidores públicos diante dos avanços das reformas do Estado e administrativa do Governo Federal. Sem êxito financeiros.

**1996** - Greve de 38 dias e campanha por melhores salários e condições de trabalho. Sem êxito financeiro.

**2000** - Retomada das greves. A categoria para durante 103 dias reivindicando, entre outras coisas, o direito de greve. Esse direito até hoje ainda não foi regulamentado. Julgado pelo STF, a legislação em vigor para a iniciativa privada.

**2001** - Maior paralisação da história de luta da categoria, que dura 111 dias. Implantada a Gratificação de Desempenho Previdenciário (GDAP) somente para o INSS.



A Saúde, Previdência e o Trabalho não foram contemplados com qualquer reposição salarial. Essa data marca a separação das tabelas salariais da nossa base sindical.

**2002** - Implantada a Gratificação de Desempenho Técnico Administrativo (GDATA) para os servidores da saúde, previdência e trabalho.

**2003** - Greve de 50 dias conquista os 47,11% para o INSS, pagos em 4 parcelas. Esse percentual representa o resíduo referente ao 100% do PCCS conquistado em 1987.

**2004** - Nova Campanha salarial e greve de 44 dias resultam no ganho da GEST para a saúde, trabalho e previdência; e da GESS para o INSS, além de aumento do pagamento de mais 10 pontos para os aposentados, passando a ser 40 pontos e não mais 30.

**2005** - Greve Nacional de 72 dias conquista o pagamento dos 47,11% para a saúde, trabalho e previdência em seis anos, doze parcelas, sendo pagas duas parcelas ao ano. Para o INSS foi disponibilizado R\$ 140 milhões no Orçamento da União para incremento na GDASS e da GESS.

**2006** - Não houve greve neste ano. As Entidades Nacionais entregam ao governo (MS, MP e MPOG) as Diretrizes e uma proposta de Plano de Carreira. Estava-se negociando a implantação do Plano de Carreiras no INSS.

**2007**- Sem greve, novo incremento financeiro na GDASS de R\$ 550,00 para R\$ 880,00 é implementado. Servidores da Saúde não tiveram reposição salarial.

**2008** - Propostas de Tabelas Salariais para servidores da saúde e do INSS são apresentadas pelo governo Lula por meio das Medidas Provisórias nº 431, da Seguridade Social (saúde, previdência e trabalho), e nº 441, do Seguro Social (INSS). Foram apresentadas duas tabelas, uma de 40hs e outra de 30hs com reajustes nas gratificações de desempenho até 2011. As propostas apresentadas para Seguridade Social foram bastante rebaixadas em relação a proposta apresentada para o Seguro Social. Foi e ainda é uma situação muito difícil para os sindicatos conviver com esse contexto até hoje.

**2009** - Após governo implantar jornada de 40h no INSS, é instituída Greve Nacional em defesa da jornada de 30 horas. Governo usa justiça para calar os servidores e categoria é convocada para reagir ao assédio moral.

**2010** - Os servidores da Saúde, Previdência e Trabalho lutam pela revisão das Tabelas Salariais. A CNTSS, CONDSEF e FENASPS apresentam uma proposta que foi elaborada pelo DIEESE.

**2011** - Representantes de 26 entidades nacionais se unem em torno da campanha em defesa dos servidores e serviços públicos brasileiros, entre elas a CNTSS, Condsef e FENASPS.

**2011** - campanha contra o Projeto de Lei 1992/07, que visava instituir a previdência complementar do servidor público federal ocupante de cargo efetivo e membro de Poder, podendo se estender aos estados e municípios. O FUNPRESP foi aprovado em 2013, tetando as aposentadorias dos servidores públicos e igualando ao teto do RGPS.

**2012** - Mais de 15 mil servidores de diversas categorias marcharam em Brasília e aprovaram greve geral do funcionalismo contra o arrocho a partir de 11 de junho.

**2012** - SINTFESP participa de mobilização de Assistentes Sociais do INSS em defesa do cumprimento da jornada de trabalho, a Lei das 30 horas.

**2012** - Federais fazem Campanha Salarial dos Servidores Públicos em Brasília pela reposição da inflação acumulada de 2010 a 2012. O governo oferece apenas 15,8% dividido em três (03) anos, até 2015.

**2013** - A Portaria 619 aumenta o valor mensal do auxílio-alimentação dos servidores públicos federais para R\$ 373,00.





**2015** - Centrais fazem mobilizações unificadas em defesa dos empregos, direitos e pela revogação das Medidas Provisórias 664 e 665 que propunha mudanças na concessão no auxílio-doença, pensões e no seguro desemprego.

**2015** - SINTFESP-GO/TO na luta contra o PL 4330, que amplia a terceirização em empresas e órgãos públicos. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e se encontra no Senado.

**2015**- Greve Nacional no INSS atingiu aproximadamente 90% das 1604 agências, 140 gerências executivas e superintendências; houve adesão de vários Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde (NEMS); Foi uma greve importante, pois obteve-se ganhos importantes na incorporação das aposentadorias e revisão das progressões de 18 para 12 meses. Tivemos uma reposição salarial de 10, 8%, em duas parcelas, agosto de 2016 e janeiro 2017.

**2016** - SINTFESP-GO/TO entra na Justiça em Goiás, contra o reajuste de 37,55% da Fundação da Seguridade Social (GEAP).

**2016**- SINTFESP-GO/TO promove e participa de diversos Atos Públicos em Brasília em defesa da Previdência Social, contra o fim do Ministério da Previdência, contra o projeto 257, PEC 55, antiga PEC 241, Medida Provisória 739, Reforma da Previdência e contra o Projeto de Plano de Saúde Popular.





# Verás que um filho teu não foge à luta

Faz dois meses que destituíram Dilma Rousseff do cargo de presidente do Brasil a duros golpes. A primeira mulher eleita no País por mais de 54 milhões de votos saiu pela porta da frente, de cabeça erguida, após muita luta. Em seu lugar assumiu Michel Temer (PMDB) instaurando, desde então, um processo de ataques constantes aos direitos dos trabalhadores e causando desmontes em áreas essenciais para a população brasileira, como a saúde, educação, previdência, assistência social e direitos trabalhistas.

Com projetos aterrorizantes, Temer se mostra um inimigo dos trabalhadores ao buscar mudanças na aposentadoria, privatizações, terceirizações, flexibilizando a CLT, extinguindo ministérios, fazendo o negociado prevalecer sob o legislado, dentre outras matérias que tem tirado o sono dos trabalhadores e suas famílias, da sociedade em geral e de seus legítimos representantes: Sindicatos, Centrais e Confederações.

Após o fim do Ministério da Previdência, que teve suas atividades transferidas para o Ministério da Fazenda, Temer sinalizou que viria pela frente a redução dos proventos de aposentadoria e o fortalecimento do sistema fechado de previdência complementar, numa clara afronta aos princípios norteadores da Seguridade Social, consagrados na Constituição Federal.

Logo em seguida foi anunciado a reforma da Previdência Social. Com uma justificativa mentirosa de déficit, eles querem mexer no patrimônio do trabalhador. O governo divulgou que a previsão é que a proposta de Orçamento de 2017, enviada pelo governo ao Congresso, era déficit superior a R\$ 180 bilhões, equivalente a 2,7% do PIB.

A auditoria cidadã da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil



(Anfip) já desmascarou os governos. Os números apresentados após um profundo estudo da Anfip comprovou que os recursos da Previdência Social são mal geridos desde a década de 80, e, para que o povo saiba para onde estão indo parar os recursos que são desviados, é necessário a realização de uma grande auditoria nas contas da Previdência.

Além disso, outros dois projetos são preocupantes e exigem combate: A Proposta de Emenda Constitucional PEC 55 e o Projeto de Lei Complementar 257.

A PEC 55, chamada de PEC do teto dos gastos, congela os investimentos públicos por 20 anos, e terá um impacto significativo nos orçamentos da saúde, educação, assistência social e Previdência. A proposta institui o Novo Regime Fiscal, que prevê que o gasto público com essas despesas primárias não poderá crescer acima da inflação acumulada no ano anterior. Ou seja, mais penúria orçamentária para os próximos anos.

Já o PLP 257/2016 extermina de vez com o direito dos servidores públicos das três esferas de governo. Ele propõe a renegociação das dívidas dos Estados com a União, porém, como contrapartida, apresenta medidas que representam graves prejuízos aos servidores públicos e ameaçam o bom funcionamento do serviço público para toda a sociedade brasileira. O Projeto trará arrocho salarial, pois proíbe reajustes ou adequações de remuneração a qualquer título aos servidores que há anos não recebem as devidas reposições salariais e impede também a progressão em planos de cargos e carreiras. Com a aprovação do PLP, quinquênios, licença prêmio, férias e licenças em pecúnia também ficam proibidos, além de aumentar de 11% para 14% a contribuição previdenciária do servidor - Atualmente ainda fala-se de aumentar em 20% da previdência -.

Em resumo, os dois projetos citados acima tem o mesmo objetivo: congelar, frear, parar, suprimir e reduzir os gastos com serviço público.

Com essas matérias o governo Temer está levando o Brasil para um retrocesso de 200 anos. Direitos conquistados com muito suor e luta no século 19, mas só alcançados de fato nos séculos 20 e 21, e com essas medidas não há como se falar em manutenção das conquistas.

Nos últimos anos têm havido muita luta: tentativa de negociação entre os representantes dos trabalhadores e o governo, paralisações, mobilizações, acampamentos. O SINTFESP-GO/TO está participando ativamente das manifestações que possam resultar na vitória dos trabalhadores, não será sem luta que o empresariado empurrará esse projeto para promover a retirada dos direitos da nossa classe. Avante, companheirada, é hora de lutar!

**A PEC 241 agora é PEC 55 porque passou a tramitar no Senado Federal.**



**ATENÇÃO: FIQUE ATENTO A ESSES PERIGOSOS PROJETOS:**

# Despesas do período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2014

DISCRIMINAÇÃO	ACUMULADO 31.12.2014	ACUMULADO 30.06.2014	PERÍODO 01/07/2014 a 31.12.2014
1.1.1 - Pessoal	244.054,020	124.336,10	119.718,10
Salários	174.587,05	100.031,22	74.555,83
Salários	174.587,05	100.031,22	74.555,83
Salários benefícios	69.467,15	24.204,88	45.262,27
1.1.2 - Encargos sociais	101.585,80	40.771,84	60.813,96
1.1.3 - Serviços de Terceiros - PF	105.236,66	52.038,74	53.197,92
1.1.4 - Serviços de Terceiros -PJ	41.029,29	20.887,63	20.141,66
1.1.5 - Serviços Públicos	66.913,51	33.866,16	33.047,35
1.5 - Material de consumo	12.699,88	8.269,27	4.430,61
1.7 - Impostos e taxas	3.002,85	2.780,53	222,32
1.8 - Despesa com veículos	27.118,24	18.802,55	8.315,69
1.9 - Despesas Legais e Judiciais	15.352,98	12.057,70	3.295,28
1.2.1- Despesas com sede adm	156.445,26	81.847,56	74.597,70+-
1.2.3 - Encontros e Congressos	12.676,70	10.992,70	1.1684,00
1.2.4 - Divulgação e Publicidade	12.940,52	11.605,52	1335,00
4.2.6 - Despesas com filiações	92.253,55	46.080,16	46.173,39
4.2.7 - Encargos financeiros	4.725,93	4.294,29	431,64
1.2.8 - Despesas sede recreativa	16.497,79	8.679,11	7.818,68
4.3.1 - Depreciação	34.002,22		
<b>SOMA</b>	<b>946.636,38</b>	<b>477.309,86</b>	<b>435.224,30</b>
Saldo c/c Banco 001 em 31/12/2014			631.653,00
Saldo conta poupança			3.370,61
<b>TOTAL</b>			<b>1.070.157,91</b>

Fonte: Balanço e Extratos Bancários do período de julho a dezembro de 2014.

## Filie-se ao SINTFESP GO/TO

Benefícios de ser filiado:

- Fortalece a categoria;
- Fortalece a luta em defesa do serviço público;
- Assessoria Jurídica;
- Desconto em aulas de Pilates;
- Aula de Patchwork;
- Acesso à Sede Recreativa;
- Socialização com outros filiados.

# Reforma da Previdência Social

## Reforma na Previdência: O que Michel Temer diz, e o que é de verdade

O Brasil assiste atônito a uma série de ações de Michel Temer contra as áreas essenciais para a sociedade como a Previdência Social. Com mais de 92 anos de história, a Previdência Social Brasileira vive o momento mais crítico em sua existência causado por ações que visam exclusivamente promover seu desmonte, gerando clima desesperador entre os trabalhadores que veem nesse sistema seus proventos futuros, quando a atuação no mercado de trabalho já não for possível, seja por problemas de saúde, por tempo de contribuição ou quando não for mais competitivo.

A Previdência é o maior programa de transferência de renda do Governo Federal, alcançando hoje cerca de 32 milhões de beneficiários que recebem mais de R\$ 30 bilhões por mês dos cofres públicos. Beneficiários estes que mantêm outros cidadãos e movimentam a economia de mais de 60% dos municípios brasileiros.

No início de seu governo, Michel Temer deu as primeiras manifestações de que andaria rumo à destruição do sistema previdenciário. Sua primeira ação foi a extinção do Ministério da Previdência Social, gestor da política previdenciária, passando sua estrutura para o Ministério da Fazenda, a autarquia executora dessa política, e o INSS, que reconhece, concede e mantém direitos - benefícios -, para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, além disso, está propondo a Reforma da Previdência.

Conforme as Centrais Sindicais, Confederações e Federações dos Trabalhadores vêm alertando, a alegação de que há déficit nas contas públicas causado pelo sistema previdenciário que o governo repete com exaustão é apenas uma FALÁCIA, uma MENTIRA absurda que contada repetidamente traz a sensação de verdade aos ouvintes.





A auditoria cidadã da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) já desmascarou os governos. Os números apresentados após um profundo estudo da Anfip comprovou que os recursos da Previdência Social são mal geridos desde a década de 80, e, para que o povo saiba para onde estão indo parar os recursos que são desviados, é necessário a realização de uma grande auditoria nas contas da Previdência.

É assim, com campanhas mentirosas, que estão sendo retirados do seio brasileiro as conquistas dos trabalhadores. Essas investidas inescrupulosas são adotadas pelos governos neoliberais para privilegiar a classe empresarial em detrimento do povo, a parte mais vulnerável nesse processo. Eles querem acabar com a previdência para que a população acredite que não pode contar com uma renda futura pelo sistema público brasileiro de previdência e a partir disso, faça um plano de previdência privada.

Seguem alguns pontos esclarecedores sobre a Seguridade Social

- A Seguridade Social tem como função garantir as fontes de renda do trabalhador e de sua família em momentos quando se perde a capacidade de trabalhar temporário ou permanentemente.
- O Caixa da Seguridade é formado por meio de um pacto de gerações, onde quem ingressa no trabalho contribui com porcentagens do salário para pagar quem já completou o tempo de serviço ou é beneficiário de outros tipos de serviço.
- Há 16 anos, a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) divulga ano a ano os resultados do sistema previdenciário, e vem comprovando que os recursos arrecadados são suficientes para garantir o pagamento da aposentadoria. Em 2013 houve saldo positivo de R\$ 76,2 bi, em 2014 foram R\$ 53,9 bi e até em 2015, um ano difícil para a economia, o saldo foi de R\$ 24 bilhões. Então, onde está o déficit?
- Os vilões do orçamento público são os gastos com o pagamento de juros da dívida pública, a sonegação, a apropriação indébita, a desoneração, etc.
- O governo aprovou um Projeto de Emenda na Constituição que aumenta de 20% para 30% a alíquota de desvinculação sobre a receita de contribuições sociais e econômicas. Essa medida poderá retirar cerca de R\$ 120 bilhões por ano cofres da Seguridade Social. Segundo

cálculos da Auditoria Cidadã da Dívida, só nos últimos cinco anos, foram retirados mais de 345 bilhões de Reais do caixa da Previdência Social.

- Sempre houve equilíbrio nas contas da Previdência Social, porém, desde a década de 50 sucessivos governos vêm desviando o dinheiro da Previdência para realizar obras públicas, como a Usina de Itaipu, Transamazônica, Construção de Estradas, usinas de Angra I e II, Usina de Tucuruí e pagamento de despesas do governo. Sem falar em Brasília e CNS que foram privatizadas por FHC.

- Esses desvios comprometeram o caixa da Previdência por mais de 60 anos, mas desde o início deste século a arrecadação cresce ano a ano.

## **MP 739**

A Proposta de Medida Provisória 739/2016 que visava alterar a lei sobre os planos de benefícios da Previdência Social e previa a revisão de auxílio doença e aposentadoria por invalidez perdeu o prazo de validade para votação na Câmara dos Deputados. Os parlamentares tinham 60 dias desde a chegada da proposta na casa, encerrando o ciclo em 4 de novembro porque a matéria não foi colocada na pauta.

Pelas regras legislativas não é possível editar nova medida provisória com o mesmo teor. Para dar continuidade às avaliações da situação de pessoas afastadas do trabalho por qualquer tipo de incapacidade, o governo terá que enviar um projeto de lei com o mesmo conteúdo da MP enviada em julho.

Segundo o governo, o MP 739 era uma forma de promover o equilíbrio fiscal, mas uma das preocupações do SINTFESP e de outras entidades era de que esse projeto fosse uma grande injustiça caso a condição incapacitante do segurado não fosse analisada corretamente. Havia dúvidas sobre os critérios que seriam adotados pelo INSS e se de fato existe estrutura necessária para que as perícias sejam realizadas adequadamente, sem o estabelecimento de metas de corte de benefícios.

Nesse sentido, dois tipos de riscos traziam o temor: O trabalhador considerado apto voltaria ao mercado de trabalho e possivelmente encontraria alguém em seu lugar, já que ficou algum tempo afastado. Ele teria que disputar um mercado competitivo e em baixa. Será que a disputa seria em condições igualitárias?

Outro ponto era em relação a segurança física dos servidores no ambiente de trabalho ao entregar o resultado da perícia. Quem iria oferecer segurança para que em casos de extremo de estresse o atendente do segurado não sofresse violências?

Promover o desmonte da previdência é o caminho para a estagnação, desemprego, aumento da pobreza e concentração de renda e riqueza. Esse é um plano perverso e asqueroso que atenta contra os direitos do povo.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde e Previdência (CNTSS), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e o SINTFESP-GO/TO estão na luta contra o desmonte da Previdência e contra essa farsa que se montou em torno do sistema da Seguridade Social. A luta será intensificada em nome do patrimônio do Trabalhador, conquistado a ferro, suor e sangue e esses direitos não serão retirados sem que haja brandos.

**No dia 4 de novembro chegou ao Senado o Projeto de Lei 6427/2016 que altera a lei 8.213, de 24 de julho de 1991, sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade. Ficaremos atentos, pois ele possui o mesmo teor da MP 739.**

# Plano de Saúde Popular é a precarização do SUS

O Sistema Único de Saúde foi criado no Brasil em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, garantindo a todo cidadão o acesso universal à saúde, porém, lamentavelmente, seus dias podem estar contados. Desde que Michel Temer iniciou seu governo, várias artimanhas ardilosas promovem o desmonte do sistema. E, se esse golpe maléfico se confirmar com as contínuas investidas maldosas de Temer, viveremos o período mais crítico de retirada de direitos da população brasileira com a redução dos investimentos na saúde.

O ataque de Temer chega em duas frentes: Com a criação de um Plano de Saúde Acessível, praticamente uma forma de cobrança sobre serviços que hoje são gratuitos, oferecidos pelo Estado. Em outra, com a redução de investimentos que vai prejudicar o sistema pelas próximas duas décadas, com a aprovação da PEC 241/2016.

Não se engane, trabalhador, essas medidas vão afetar diretamente a você e seus familiares em troca de beneficiar o empresariado voraz pelo seu dinheiro. A sociedade brasileira não pode aceitar passivamente que um governo ilegítimo retire os seus direitos apenas para satisfazer a sanha de acumulação do grande capital.

Em 4 de agosto o governo publicou uma portaria no Diário Oficial da União que institui um grupo de trabalho para discutir o Plano de Saúde Acessível. Se for aprovado um plano de saúde popular, o único beneficiário será a iniciativa privada. De acordo com a nota do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) os empresários da saúde suplementar serão os privilegiados com esse projeto, uma vez que o setor movimentava R\$ 125 bilhões por ano e já é privilegiado pela renúncia fiscal no cálculo de imposto de renda, por isenções tributárias, créditos, empréstimos e parcelamentos de dívidas a perder de vista.

Como se não bastasse, foi aprovada a prorrogação da vigência da Desvinculação das Receitas da União (DRU) até 31 de dezembro de 2023, projeto este encaminhado pelo executivo federal ainda em 2015 e que autoriza a utilização de até 30% das receitas destinadas à Seguridade Social para outros fins, inclusive para a garantia do superávit primário e o pagamento de dívidas públicas ao sistema financeiro.



Em julho, 19 entidades que compõem a Frente Parlamentar em defesa da Previdência Social, entre elas a CNTSS e o SINTFESP-GO/TO, protocolaram uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 415, de autoria dos Advogados Diego Cherulli e Guilherme Portanova, contra o aumento da Desvinculação de Receitas da União. O ato não impediu a desastrosa aprovação.

Pela Constituição, o Governo Federal tem que aplicar no mínimo 13,2% de sua receita líquida em saúde. Já com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 sugerida pelo

governo, a saúde deixará de ter uma garantia de percentual de receita dessa receita obrigatória.

Quando os recursos são diminuídos ao invés de aumentados, que é o que o SUS precisa, isso significa que os repasses para o SAMU, Farmácia Popular, o Mais Médicos e outros programas podem ficar seriamente comprometidos. Além disso, as possibilidades são de piorar o número de atendimento, de fazer as pessoas descreditarem ainda no serviço público possa oferecer um atendimento de qualidade.

O Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência (SINTFESP-GO/TO) em conjunto com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS) reafirmam seu compromisso com a defesa intransigente do SUS 100% público, estatal e de qualidade. O SUS é um patrimônio dos brasileiros e juntos, o povo pode ganhar a batalha contra os desmontes do governo de Temer. É preciso que haja mais investimentos, gestão pública de qualidade e responsável para promover avanços no direito à saúde, agora, retirar direitos em nome do empresariado não serão aceitos.

Os planos de saúde tradicionais já operam com restrições à clientela. Vamos imaginar como será o seu atendimento caso seja aprovada a venda de planos populares, concretizando o retrocesso de direitos.

## Quadro Comparativo

### O que prevê a legislação atual dos planos de saúde

#### REDE CREDENCIADA

Os planos devem manter rede de hospitais e laboratórios para atender, em curto prazo, em todas as especialidades, toda doença ou problema de saúde

#### MÉDICOS

Os planos pagam em média R\$ 50 por consulta médica, o que tem afastado muitos médicos dos convênios.

#### DOENTES CRÔNICOS E IDOSOS

Ninguém pode deixar de ser atendido por plano de saúde em função de doença ou idade

#### CONSULTAS, PROCEDIMENTOS E INTERNAÇÃO

São ilimitados todos os procedimentos, consultas e dias de internação, inclusive em UTI

#### DOENÇAS PREEXISTENTES OU CONGÊNITAS

As operadoras são obrigadas a tratar pessoas com doenças preexistentes ou congênitas.

#### AIDS E CÂNCER

A cobertura para essas doenças é obrigatória

#### QUIMIOTERAPIA, RADIOTERAPIA, HEMODIÁLISE E TRANSFUSÃO

Cobertura obrigatória, em nível ambulatorial ou hospitalar

#### TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS

A Lei prevê o atendimento a portadores de transtornos mentais, dependentes químicos e até lesões decorrentes de tentativas de suicídio.

#### ÓRTESE E PRÓTESE

É obrigatória a cobertura de órteses, próteses e seus acessórios, ligados ao ato cirúrgico

#### FISIOTERAPIA

Cobertura obrigatória e em número ilimitado.

#### TRANSPLANTES

Obrigatória a cobertura de transplantes de rim, medula e córnea.

### O que pode acontecer nos "planos populares"

Redução da rede credenciada, com negativas de atendimento, longas filas de espera para consultas, exames e cirurgias

Diminuição desse valor, com perda na qualidade do atendimento e menos opções de médicos, principalmente especialistas

Possibilidade de não aceitação de idosos ou doentes crônicos, ou criação de barreiras para limitar o atendimento

Limitação do número de consultas médicas ou dias de internação por ano

Os contratos poderão excluir essas coberturas

Os contratos poderão excluir essas doenças

Os contratos poderão excluir totalmente esses procedimentos

Os contratos poderão excluir todos os atendimentos em saúde mental.

Os contratos poderão a excluir órteses próteses

Poderá ser excluída a cobertura, ou limitado o número de sessões

Poderá haver exclusão de todos os tipos de transplante

# GEAP: o preço da saúde

A Geap é um plano de autogestão em saúde. Sua história teve início em setembro de 1945, quando foi criada com o nome de Assistência Patronal dos Servidores do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI). Sem CNPJ, o servidor que tomava posse era obrigado a aderir ao plano de saúde e ao plano de pecúlio.

Com 71 anos de história, a instituição tem passado por várias mudanças nos últimos anos. Em 2005 foi a primeira operadora de autogestão do país a obter o registro definitivo concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). No mesmo ano, passou a compor o quadro de dirigentes da União Nacional das Instituições de Autogestão (Unidas).

A GEAP possui uma gestão compartilhada. Seu órgão máximo é o Conselho de Administração - CONAD -, formado por seis membros, sendo três eleitos pelos usuários e três indicados pelo governo. Cabe ao presidente do Conselho, que é indicado pelo Palácio do Planalto, nomear o diretor executivo.

O servidor que custeia a maior parte do plano de saúde, superior a 85%, no entanto não tem poder de opinar sobre os rumos da entidade, pois o Governo que tem o voto de minerva impõe as regras de financiamento e custeio do plano de saúde.

Hoje a GEAP se tornou uma das mais importantes operadoras de planos de saúde de autogestão do Brasil, tornando-se referência no mercado da saúde suplementar ao investir num modelo assistencial focado na promoção da saúde, prevenção de doenças e na melhoria da qualidade de vida dos assistidos.

Segundo a edição do mês de agosto de 2016 da Revista Carta Capital a receita da entidade é de aproximadamente 4 bilhões de reais. Porém, o alto custo e a defasagem salarial estão expulsando os servidores e suas famílias do plano de saúde, sendo que eles custearam por mais de 30 anos, e, em alguns casos, até 40. Dados apontam que até o mês de agosto deste ano, mais de 40 mil servidores de todo Brasil já saíram da GEAP, entre cancelados (inadimplentes) e desligados (desistentes), pois não conseguem pagar o plano de saúde.

Isso provocou a ira e a sanha dos planos de saúde privados a ponto de disputar a Geap, levando-a aos tribunais superiores com o objetivo de inviabilizar jurídica e financeiramente o plano de saúde. Quando ocorrem os desequilíbrios financeiros do plano de saúde, o estatuto permite que a operadora faça a correção por meio do cálculo atuarial, rateando entre os participantes o valor apontado no estudo para equilibrar o fundo financeiro, mas isso está onerando os clientes da Geap. Foi por isso que um estudo atuarial permitiu que o CONAD aprovasse o reajuste de 37,55% para 2015 com o voto minerva do



representante do governo. Para CNTSS e demais entidades nacionais, bem como para SINTFESP-GO/TO o Governo Federal tem responsabilidade de cuidar da saúde dos seus servidores e de suas famílias. "A Geap tem sido um campo minado na guerra e disputa política entre os governos de plantão no Palácio do Planalto e os partidos da base aliada. Além disso, um questionamento judicial, impetrado no TCU tem impedido adesões de novos convênios de órgão federais e outra ação posta pela OAB proibiu que servidores inadimplentes ou que tenha se desligado do plano retornem à GEAP.

## Ações Judiciais:

O prolongado debate jurídico está levando os servidores ao estress e à insegurança na tomada das decisões de ficar ou sair da Geap frente a guerra de liminares;

Os filiados do SINTFESP estão cobertos pela seguinte ação judicial:

### ■ Ação do SINTFESP-GO/TO:

Ação Civil Pública : 201600701102 (70110-83.2016.8.09.0051)

Andamento: - Aguardando juntada de interlocutoria

Agravo de Instrumento: 96674-58.2016.8.09.0000

### ■ Ação Nacional da FENASPS:

A Federação obteve a liminar com autorização de redução nas contribuições de 20% em fevereiro de 2016 e foi implantada em março, abril e maio; contudo, a Geap conseguiu ganhar um recurso e as contribuições voltaram aos valores de 37,55%. Os advogados da FENASPS entraram com instrumento jurídico que levou uma reviravolta, ou seja, a Liminar a favor dos servidores foi convalidada em agosto e reimplantada em outubro.

Após 20 anos, os trabalhadores conseguiram em 2015 que a representação dos servidores assumissem a presidência do CONAD após uma revisão estatutária. Foi quando, ao perceber a evasão dos beneficiários, negociou com as entidades nacionais administrativamente que a contribuição ficaria em 20% conforme dos tribunais de 1º grau já vinham pronunciando.

## Governo Temer ocupa a GEAP

A revista Carta Capital revelou uma intervenção do Governo Temer com o objetivo de retomar o comando do Conselho Nacional de Administração para o Planalto poder usar a Geap em suas barganhas políticas partidárias.

Na verdade, a GEAP é um instrumento de uma disputa bilionária, suspeita de fraude em um contrato de mais de 100 milhões de reais ao terceirizar um contrato jurídico para defender as causas judiciais contra a GEAP, segundo afirma a Revista CC.

No dia 18 de maio, o governo Temer, de posse de uma liminar, destituiu o presidente do Conselho, Irineu Messias de Araújo, sindicalista, empossado após mais de 20 anos de luta, impedindo que um representante dos trabalhadores presidisse a entidade ao declarar nulos todos os atos praticados pelo Conselho a partir de 27 de abril, inclusive a negociação de redução de 37,55% para 20% os valores das contribuições.

Para a CNTSS e demais entidades nacionais esta situação é preocupante e quem está perdendo essa guerra são os assistidos em um momento importante de suas vidas, a fase em que os problemas de saúde aumentam, onerando ainda mais as finanças da família, sem falar nos tratamentos que são interrompidos e a busca para uma vaga no SUS só aumenta a angústia daqueles já disputam as carentes vagas no sistema público.

## Segregação dos planos: saúde e previdência

Em 2013 a Geap separou as atividades de saúde e previdência, criando a Geap Autogestão em Saúde, para administrar os planos de saúde, e a Fundação Geap Previdência, responsável pela gestão dos planos previdenciários, no caso o Pecúlio.

# Após a luta, o lazer

A Sede Recreativa do SINTFESP-GO/TO é um lugar para que os filiados e suas famílias desfrutem momentos de diversão e descanso. Uma bela área verde, áreas de esportes, campo de futebol, choupanas, áreas de churrasqueiras, salão de festa e piscinas estão distribuídas em um enorme espaço pensado para você passar as horas vagas.



## Funcionamento

Sábados, domingos, feriados e dias santos, das 8h às 18h. Acesso mediante apresentação da carteira da GEAP ou do último contracheque.

## Convidados

Os convidados devem estar acompanhados do associado e efetuar o pagamento da taxa de R\$ 10,00.

## Reserva do campo de futebol

Os filiados que desejarem alugar o campo de futebol devem enviar um ofício à Sede Administrativa com as seguintes informações: data e horário, lista com nome dos jogadores, justificativa/finalidade do jogo, aceitação das normas internas e comprovante de pagamento da taxa estabelecida. A contratação do juiz e o fornecimento de materiais, como uniformes e apitos, são de responsabilidade dos participantes.

## Material Esportivo

O SINTFESP-GO/TO disponibiliza bolas de futebol, voleibol, ping pong, petecas e baralhos mediante apresentação do documento de identificação.

## Reforma na Sede Recreativa

Pensando no bem-estar dos filiados, a diretoria do SINTFESP-GO/TO está promovendo uma reforma na Sede Recreativa. O objetivo é fazer uma reestruturação de todo o ambiente, proporcionando mais comodidade, acessibilidade e conforto aos usuários. A primeira fase da melhoria será na portaria, bar, banheiros e cozinha. A previsão de entrega é para 25 de outubro. Em seguida o parque aquático será reformado, o piso trocado e novas choupanas serão construídas.

Para que este projeto seja ainda melhor, o SINTFESP-GO/TO conta com a sua presença para desfrutar desse ambiente que é sempre pensado para recebê-los bem.

## Reunião mensal dos aposentados

Toda última quarta-feira do mês ocorre, na sede do SINTFESP-GO/TO, a reunião mensal dos servidores aposentados para discutir os assuntos de interesse da categoria e confraternizar com os aniversariantes do mês. Esses momentos são sempre importantes para manter todos informados com notícias de extrema importância e de socializar. Além disso, sempre são realizados passeios para cidades turísticas.



# SINTFESP e a dinâmica da vida sindical

O Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência (Sintfesp) tem uma respeitável história de lutas. Não fosse assim, não estaria completando honrosos 63 anos de atividade.

O que talvez nem todos saibam é que o Sintfesp é uma referência não só para os trabalhadores federais da Saúde e Previdência. Na década de 1990, por exemplo, era de lá que vinham as maiores ações sindicais em defesa também de quem atuava nas searas estadual e municipais.

Quantas vezes não foi do mimeógrafo do Sintfesp que saiam milhares de panfletos e jornaizinhos para alertarmos diversas categorias dos riscos que seus direitos estavam correndo?

São muitas as dinâmicas da vida sindical e hoje um dos principais papéis do Sintfesp tem sido a defesa da Previdência Social.

Enquanto presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em Goiás posso testemunhar o quanto o Sintfesp congrega, representa e defende os interesses dos trabalhadores da Seguridade Social. Enquanto um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde (Sindsaúde) ou na condição de detentor de mandato político, sempre encontrei neste sindicato a reserva moral e a disposição que impulsiona a luta da classe trabalhadora.

O Sintfesp completa 63 anos sabendo expressar as reivindicações e lutas dos trabalhadores de sua base, seja nos planos econômico, social, esportivo, cultural ou político. Não é pouca coisa. Quem atua no movimento sindical sabe que isso significa muito mais que negociar e celebrar acordos, convenções e contratos coletivos de trabalho. Implica em avançar e ampliar direitos. Em garantir novos ganhos sociais e financeiros e em melhorar as condições de trabalho.

A Previdência Social brasileira, hoje sob forte ataque, é patrimônio do trabalhador e sua família. Pela primeira vez na história da República esse ministério foi extinto.

Agora, o complexo e abrangente sistema de proteção social, com significativa cobertura de riscos sociais dos trabalhadores da ativa e dos idosos está indo por água abaixo. Se antes estávamos implantando o reconhecimento automático de direitos, agora, sob um governo golpista, assistimos à criminalização daqueles que recebem algum tipo de benefício da Previdência Social.

Um balanço sobre a revisão de benefícios previdenciários que foram realizados por conta da Medida Provisória (MP) nº 739, de julho de 2016, mostra que 8.442 benefícios de auxílio-doença foram cancelados.

Com o estabelecimento da política de revisão dos benefícios previdenciários garantidos pela MP 739, mais de 79 mil trabalhadores já estão sendo convocados na primeira fase da operação, que atinge pessoas com idade até 39 anos. Já está em andamento a segunda fase do processo de revisão que atinge trabalhadores entre 40 a 45 anos. Estão culpando as pessoas por terem adoecido dentro de uma fábrica, dentro de um banco, por terem sofrido um acidente do trabalho.

Por isso, companheiros e companheiras, o momento é de luta.

O atual governo golpista tem por finalidade a restrição dos direitos sociais já adquiridos. Tanto aqueles previstos nos tratados e convenções internacionais, como os que já estão inseridos na legislação nacional.

A CUT se orgulha de contar com o Sintfesp em sua base e conclama a classe trabalhadora para que esteja a postos para defender seus direitos.

Longa vida para o Sintfesp!



**Mauro Rubem** é presidente da Central Única dos Trabalhadores em Goiás, da direção do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde no Estado de Goiás (Sindsaúde) e ex-deputado estadual pelo PT-GO.

# Os desafios atuais da Seguridade Social

Os enfrentamentos visando à manutenção e na ampliação de direitos realizados nestes últimos anos têm sido intensos e resultado da ousadia e determinação dos trabalhadores e suas entidades representativas. Não foram poucos os entraves colocados para a classe trabalhadora superar em decorrência das graves crises cíclicas do capital em nível global. Em nosso país, com o impeachment da presidenta da República, Dilma Rousseff, que retirou do poder o projeto democrático e popular legitimamente eleito pelo voto popular desde 2003, novos desafios foram colocados e as estratégias de resistência e intervenção devem ser repensadas para o embate contra o projeto ultraliberal e conservador que se apossou do Executivo Federal.

É dentro deste contexto político e social que a CNTSS/CUT – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social, representante dos profissionais que atuam na Seguridade Social dos setores público e privado, tem atuado e desenvolvido estratégias para combater os ataques deferidos contra os trabalhadores. A CNTSS/CUT investe na sua organização de forma democrática e participativa envolvendo suas entidades filiadas em momentos coletivos de formação, decisão, organização e mobilização. São Sindicatos e Federações com trajetórias de comprometimento com o projeto dos trabalhadores.

Como exemplo, podemos tomar a história do SINTFESP GO/TO – Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde Previdência que agora completa 63 anos e sempre honrou seu compromisso na defesa dos interesses dos servidores federais. O Sindicato age de forma parceira e propositiva ao agregar experiência, estratégia de luta e companheirismo à dinâmica de mobilização dos servidores federais. A presença da diretora de Organização e Política Sindical do SINTFESP GO TO, Terezinha de Jesus Aguiar, na Direção da Confederação, no cargo de secretária de Comunicação, em muito tem contribuído com a nossa entidade.

Nestes últimos meses as mobilizações foram intensificadas para combater a PEC nº 241 e o PLC nº 257 enviados pelo governo federal para aprovação no Congresso Nacional. A PEC nº 241 passou pela votação na Câmara Federal e está para avaliação do Senado. São dois “torpedos” lançados diretamente contra os direitos dos trabalhadores e as políticas públicas ao proporem, principalmente, o congelamento de investimentos em áreas sociais pelos próximos 20 anos. O tripé da Seguridade Social – Saúde, Assistência e Previdência Social – está na linha de frente destes ataques do governo. Os projetos apresentados são propostas que colocam em risco o SUS - Sistema Único de Saúde e o SUAS – Sistema Único da Assistência Social.

A Confederação e suas entidades filiadas estão atentas e construindo estratégias para o enfrentamento contra estas medidas. Devemos manter nossos trabalhadores preparados para as muitas manifestações que vamos realizar por todo o país com a finalidade de pressionar os parlamentares e o governo e manter o diálogo com a sociedade sobre estes temas. Para finalizar, parabêniso novamente os dirigentes e trabalhadores do SINTFESP GO/TO pelas comemorações de criação de sua entidade e pelo trabalho realizado neste período que a consolidou como uma verdadeira representante dos servidores públicos federais.



**Sandro Alex de Oliveira Cezar** é presidente da CNTSS/CUT – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social

## Lei 13.324/16: Acordos de Greve

Publicada no dia 29 de julho deste ano, a lei 13.324 é o resultado dos Acordos celebrados em decorrência da greve de 2015, assinado entre as entidades nacionais, CNTSS, CONDSEF e FENASPS e o Governo, para as carreiras da Seguridade Social (Previdência, Saúde e Trabalho e também da FUNASA), do Seguro Social (INSS) e dos servidores vinculados ao Plano Especial dos cargos da ANVISA.

### Reposição Salarial:

A reposição salarial é de 5,97% com vigência a partir de 1º de agosto de 2016 e 5,26% a partir de 1º de janeiro de 2017. Portanto, tem validade de apenas dois anos. As gratificações terão o mesmo reajuste que o vencimento básico das categorias contempladas pela Lei acima citada.

### Progressões e Promoções no INSS:

Com a publicação da Lei 11.501/2007 alterou-se o interstício de 18 (dezoito) meses para 12 (doze) meses; a nova Lei reposicionará os servidores a partir de 1º de janeiro/17 na estrutura de classes e padrões a cada 12 meses. O reposicionamento será de um (01) e até mais de cinco (05) padrões, para os níveis superior e intermediário.

Os valores referentes aos atrasados, por reposicionamento, somente serão recebidos por meio de ações judiciais, segundo informa a Assessoria Jurídica do SINTFESP-GO/TO, Dr<sup>a</sup> Josilma Saraiva. O SINTFESP-GO/TO convoca os servidores para que compareçam ao sindicato e informa que já existe uma ação coletiva com esse objeto pendente de julgamento de recurso do sindicato no TRF1 (Processo nº 0026302.2015.4.01.3500. Segundo informações do Dr<sup>o</sup> Luis Fernando que também é assessor jurídico do SINTFESP e FENASPS, o prosseguimento das ações em curso, que os servidores não desistam das ações já ajuizadas, tanto coletivas como individuais para que não sofram os prejuízos, em especial, os relacionados a prescrição.

### Incorporação das gratificações da "GD" às aposentadorias e pensões:

A nova sistemática de incorporação da "GD" às aposentadorias e pensões das gratificações de desempenhos, não ficará mais limitada a 50 (cinquenta) pontos como foi até hoje e sim a média dos pontos recebida por cada servidor nos últimos sessenta meses a partir de janeiro de 2017.

Ou seja, se o servidor "João" recebeu integralmente os cem pontos durante esse período, sua aposentadoria será 67% em 1º janeiro 2017; 84% em 1º janeiro de 2018; 100% a partir de 1º de janeiro de 2019.

Outro exemplo, se a servidora "Maria" alcançou somente 90 pontos, sua média ficará assim distribuída: 60,3 pontos em 1º de janeiro/2017; 75,6 pontos em janeiro/2018 e 90 pontos em janeiro de 2019.

Para fins do cálculo do valor devido, será considerado o valor do ponto correspondente ao posicionamento do servidor na tabela remuneratória na data da aposentadoria ou da instituição da pensão, sendo que a partir da concessão inicial o servidor terá assegurada a majoração do seu montante sempre que modificar o valor do ponto da respectiva gratificação.

## Condições de Acesso a Nova Sistemática:

1. Os servidores que têm direito a opção devem preencher as condições na forma dos dispositivos legais dispostos nos artigos 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional 41, de 19/12/2003 e da Emenda Constitucional 47, de 05/07/2005;
2. Preencher os requisitos previsto na Lei 13.324/16, artigos 88 e 89;
3. Haver percebido qualquer GD integral (independente da denominação), por pelo menos 60 meses anteriores a aposentadorias;
4. Que tenha exercido um dos cargos públicos elencados na lei 13.324/16.

Aposentadorias antes de janeiro de 2017:

Terão direito a nova sistemática desde que preencham os requisitos de acesso. O cálculo será correspondente a média da pontuação percebida nos 60 meses anterior à aposentadoria e a incorporação será como prevê a Lei 13.324/16.

## Termo de Opção:

A Assessoria Jurídica do SINTFESP informa que a nova sistemática traz no seu formulário “Termo de Opção”, a exigência de que o servidor renuncie aos benefícios advindos de decisões judiciais, tratando do mesmo assunto, que a seu entender, confronta a norma constitucional.

A orientação para os filiados é que aguardem novas orientações antes de assinarem o “Termo de Opção”, pois as entidades nacionais já estão tomando providências junto ao Ministério do Planejamento para que a redação seja alterada.

O sindicato orientará os servidores sobre como proceder no momento da assinatura, bem como analisará a viabilidade de adoção de medidas judiciais para preservar o direito tanto na esfera administrativa e também judicial.

## Estrutura da tabela remuneratória da GDASS

A nova tabela remuneratória da GDASS traz uma modificação no “piso” da vantagem, que será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 70 (setenta) pontos. Isso significa que na nova estrutura remuneratória o servidor não poderá receber vantagem de valor menor que o equivalente a 70 (setenta) pontos. Agora a parte variável passa a ser 30 pontos, já que os setenta serão fixos.

## Comitê de Carreiras:

O artigo 39 da Lei 13.324/16 prevê a criação do Comitê Gestor das Carreiras do Seguro Social, paritário, a ser regulamentado, com a participação da direção do INSS, Ministério do Trabalho e Previdência Social, do Ministério do Planejamento e das representações sindicais dos servidores de carreira.

Aqui cabe uma observação, destacando que a Reforma Administrativa extinguiu o Ministério da Previdência. Portanto, ainda não temos clareza como será a representação do governo nesse Comitê.

fonte:

Texto elaborado com base na Nota Técnica da Assessoria Jurídica Nacional da FENASPS.

# *Página da Saudade*

Esta página é dedicada a todos aqueles que ajudaram a escrever a história do SINTFESP. São alguns dos guerreiros e guerreiras que lutaram para conquistar e garantir os direitos dos trabalhadores. Cada notícia de óbito é recebida com muita tristeza, mas com a certeza de que foi-se cumprida uma missão na terra dada a homens e mulheres de bem, cidadãos exemplares, grandes companheiros.

O SINTFESP expressa profundo pesar a todas as famílias que perderam um ente querido. Recentemente, duas diretoras de grande estima se foram: Matilde Silva Batista e Eva de Jesus Nunes e, em nome delas, o sindicato lembra outros grandes companheiros de jornada que ficarão para sempre marcados na história.

## *Ministério da Saúde*

*Alba Roncato de Matos*

*Deusdet do Carmo Martins*

*Eva de Jesus Nunes*

*Hilda Teixeira*

*Izabel Fernandes da Silva*

*Luciana Miranda Brito*

*Maricelma Alves Naves Fraga*

*Matilde Silva Batista*

*Nazaret Bernardo Vieira*

*Paulo Aparecido Correia*

*Raimunda Almeida*

## *INSS*

*Arione Mendes Vidal*

*Armindo Medina da Silva*

*Derci Saraiva*

*Jorge Luiz de Oliveira e Silva*

*Nadir das Graças Ribeiro*

*Vilmar José Pereira*